

Réplica

95

O futuro da Instituição em debate

XI CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1º a 4 de Agosto/2012
Canela/RS

LEIA TAMBÉM:

Entidade
prepara
alterações em
seus estatutos

PÁGINA 2

Inquérito civil
apura rombo na
Previdência

PÁGINA 4

SAIBA AINDA:

Mobilização
contra a
PEC 37
avança pelo país

PÁGINA 5

Insegurança nos
locais de trabalho
preocupa a classe

PÁGINA 8



Em nome da dignidade

Em ações articuladas, iniciativas que partem de diferentes corporações ou mesmo do próprio Congresso Nacional vêm buscando, há anos, surrupiar do Ministério Público prerrogativas e atribuições que são parte do que se poderia chamar código genético de nossa Instituição. O direito e o dever de investigar crimes, sem distinguir suspeitos, é, mais do que dever, um compromisso para com a sociedade a qual representamos.

Pois, a despeito das responsabilidades a nós conferidas na Carta Constitucional de 1988, um movimento orquestrado foi lançado ainda no ano passado, buscando suprimir do MP o poder de investigação sobre práticas criminosas. A Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2011, de autoria do deputado federal e delegado de Polícia maranhense Lourival Mendes (PTdoB), tem conquistado significativo apoio político. Ainda em análise por parte de uma Comissão Especial da Câmara Federal, o texto coloca a classe – e todo aquele que prima pelo respeito à justiça – em alerta.

Não por acaso, a Conamp, a AMP/RS e as demais entidades representativas do MP brasileiro vêm acompanhando de perto a tramitação desse tema em Brasília. Em resposta à movimentação daqueles a quem interessa excluir o Ministério Público do exame de seus atos, temos procurado demonstrar aos legisladores, sobre os quais recai enorme responsabilidade para com a comunidade, o absurdo cenário que se desenharia a partir da eventual aprovação da PEC.

Através de seus representantes em Brasília, a classe tem exposto argumentos e buscado sensibilizar os parlamentares no sentido de rejeitar a proposta, um autêntico passaporte para a impunidade. Igualmente, temos buscado, em cada Estado, apoio político e popular que consolide o respaldo social de nossa posição. Tem sido uma luta intensa e dura. Mas, unidos e fortes, havemos de fazer da convicção que nos move uma causa da sociedade brasileira.

Estatutos da Associação deverão sofrer alterações em 2012

Desde o início da atual gestão da AMP/RS, a diretoria vem trabalhando no sentido de, em conformidade com as manifestações de colegas da classe, rever e atualizar os estatutos da entidade. A medida, necessária até mesmo por conta de alterações que vem sofrendo a lei civil, vem sendo gestada com esmero e atenção.

Ainda no ano passado, uma comissão composta pelo procurador de Justiça Carlos Dias Almeida e pelos associados Luciano de Faria Brasil, Octávio Augusto Simon de Souza e Luciano Vaccaro recebeu e analisou propostas encaminhadas pelos núcleos até o dia 1º de dezembro. O material foi publicado no site da associação, em área de acesso restrito, para acompanhamento de todos e, em seguida, novo prazo foi aberto para o envio de novos ajustes.

Atualmente, o conjunto de proposições está sendo sistematizado por uma nova comissão, dirigida pelo presidente, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, e composta, ainda, por Carlos Dias Almeida, Gilmar Maroneze, Cezar Antonio Rigoni e Octavio Augusto Simon de Souza. Em breve deverão ocorrer a disponibilização do novo texto para análise dos associados e a convocação de assembléia geral para votação, prevista para os próximos meses.

SUCESSÃO

Entre os temas mais polêmicos a serem analisados para a construção do novo estatuto da AMP/RS está a questão sucessória, especialmente em caso da renúncia do presidente eleito. O tema veio à tona em função da saída do ex-presidente Marcelo Dornelles, em março de 2011, cinco meses após a reeleição. Alguns colegas da classe chegaram a questionar a necessidade de nova eleição, situação que foi analisada pelo Conselho de Representantes. Ao final, os conselheiros reconheceram a legitimidade de Azevedo, então vice Administrativo e Financeiro, e a trans-



parência da forma como a diretoria da AMP conduziu o processo, sempre respeitando os estatutos da entidade. O Conselho determinou realização de novo pleito para o cargo antes ocupado pelo novo presidente.

DIREITO DE VOTO

Outro aspecto que está em questão no esforço associativo pela concepção e formatação do novo estatuto da entidade é o direito dos associados, em suas diferentes categorias, de votar e serem votados. “Atualmente, colegas que saem do Ministério Público para se dedicar a outras carreiras e seguem ligados à Associação não estão aptos a participar desses processos. Há muito tempo eles vêm postulando condição de maior participação, uma vez que continuam ligados e afinados com os princípios da nossa entidade”, observa Victor Hugo Azevedo.

Entre outros temas propostos pela classe, deverão ser levadas à apreciação dos colegas, ainda, as regras para criação, extinção e anexação de núcleos associativos pelo Estado. “São todos assuntos que nos remetem à importância de promover as devidas adaptações nos estatutos da Associação do Ministério Público. As mudanças permitirão que os textos estejam atualizados, de acordo com as alterações já promovidas na lei civil” completa o presidente.

Presidente da AMP/RS integra diretoria executiva da Conamp

A atuação forte e o engajamento com as questões do Ministério Público brasileiro e de seus membros ao longo do ano passado, durante os encontros do Conselho Deliberativo da Conamp, renderam ao presidente da AMP/RS uma honra e uma responsabilidade. Eleito na chapa aclamada para dirigir a entidade nacional no biênio 2012-2014, com a renovação do mandato do presidente César Bechara Nader Mattar Jr., o gaúcho Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto ocupa a 2ª vice-presidência da Conamp.

Embora a nova diretoria executiva esteja trabalhando desde março, a solenidade de posse e o jantar festivo foram realizados no último dia 15 de maio, no espaço Unique Palace, em Brasília. Na oportunidade, quando também assumiram os novos membros do Conselho Fiscal e as Diretorias Regionais da entidade, os ex-presidentes da entidade José Carlos Cosenzo e Marfan Martins Vieira foram agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito da Conamp.

Conforme Victor Hugo Azevedo, a indicação de seu nome para integrar a diretoria da entidade é reflexo da importância e da respeitabilidade alcançada pelo Ministério Público gaúcho e de seus membros perante toda a classe, por conta da seriedade e dedicação no desempenho das funções. “Esse reconhecimento, sem dúvidas,

motiva todos nós a buscar sempre os melhores caminhos, as soluções mais justas e as medidas mais adequadas à manutenção do prestígio institucional. Seguramente por isso a representatividade rio-grandense se mantém destacada entre os colegas em todo o país. É um orgulho ocupar, pelos próximos dois anos, o cargo de vice-presidente da Conamp”, avalia o dirigente.

Confraternizações à parte, a pauta de trabalho da entidade vem se mostrando pesada e exigindo intensa mobilização na defesa dos interesses do Ministério Público. Tramitam no Congresso Nacional diversas propostas cujos conteúdos impactam diretamente atribuições, direitos e prerrogativas da Instituição e de seus integrantes. Entre eles estão a PEC 37/2011, conhecida como PEC da Impunidade, de autoria do deputado federal e delegado de Polícia maranhense Lourival Mendes (PT do B), e o Projeto de Lei 6.578/2009, do Senado, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação, os meios de obtenção da prova, crimes correlatos e o procedimento criminal a ser aplicado.

As questões de caráter remuneratório, em âmbito nacional, também têm sido acompanhadas de perto pela Conamp e, por óbvio, seus desdobramentos e efeitos nos Ministérios Públicos dos Estados. A luta é grande, mas o empenho da classe não é menor.

Quem é quem

Diretoria Executiva

Presidente: César Bechara Nader Mattar Júnior (PA)

1ª Vice-presidente: Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti (BA)

2ª Vice-presidente: Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto (RS)

Secretário-geral: Vinícius Gahyva Martins (MT)

Tesoureiro: José Silvério Perdigão de Oliveira (MG)

Conselho Fiscal:

- Rinaldo Reis Lima (RN)
- Wanderlei Carvalho da Silva (PR)
- Edson Azambuja (TO)
- Marcello Souza Queiroz (ES)
- Alexandre Magno Benites de Lacerda (MS)



Luiz Cláudio Varela Coelho comanda o Conselho Nacional de Ouvidores

O ouvidor do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Luiz Cláudio Varela Coelho, foi eleito, por aclamação, presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União. A eleição ocorreu du-

rante a 12ª reunião ordinária do órgão, no dia 16 de março, em Porto Alegre. Comandado pelo então presidente do Conselho, Abraão Junior Miranda Coelho, o encontro contou com a participação de 22 ouvidores de todo o país.

Ao ser empossado, Varela disse que pretende realizar “um trabalho de consolidação do Conselho Nacional, num tempo em que as próprias Ouvidorias do Ministério Público também ainda se encontram em processo de consolidação e de reconhecimento, procurando

ocupar o “lugar que lhes é de direito no seio da instituição”. Enfatizou, ainda, a necessidade de “lutar pela manutenção da atividade uniforme e estruturada das Ouvidorias do Ministério Público”. Ao encerrar, conclamou os colegas para “um engajamento ativo e inteligente no enfrentamento de mais um ano de trabalho, de lutas e de conquistas”.

Para os demais cargos da Diretoria do CNOMP foram eleitos, igualmente por aclamação, os Ouvidores de Pernambuco, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa (Vice-Presidente), do Mato Grosso, Dra. Silvana Correa Vianna (Secretária) e de São Paulo, Dr. Fernando José Marques (Diretor Financeiro). O mandato da nova Diretoria será exercido pelo período de um ano.



Vitória no TJ e alerta no Parlamento

Alívio e apreensão permeiam os sentimentos dos servidores públicos estaduais. Embora o Tribunal de Justiça tenha confirmado, em decisão unânime, a inconstitucionalidade das leis complementares encaminhadas pelo Executivo em 2011, elevando de 11% para 14%, progressivamente, a alíquota de contribuição previdenciária, um novo conflito ganhou forma.

Isso porque antes mesmo de a Justiça bater o martelo e vetar definitivamente o aumento, o governo encaminhou ao Legislativo dois novos projetos, estabelecendo índice único de 13,25%. Os textos precisam ser votados até as primeiras semanas de junho.

Acolhendo tese da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, defendida em Ação Direta de Inconstitucionalidade movida no ano passado pelo procurador-geral de Justiça, os desembargadores do TJ entenderam, no dia 7 de maio, que os textos das Leis Complementares 13.757 e 13.758 criavam deduções diferenciadas na base de cálculo, estabelecendo um regime de contribuição progressiva. Para driblar esse aspecto, o Estado protocolou em 27 de abril, na Assembleia Legislativa, os Projetos de Lei Complementar 82/2012 e 83/2012, unificando o índice de reajuste para todas as categorias.

NO LEGISLATIVO

A União Gaúcha, que congrega a AMP/RS e outras 27 entidades representativas do funcionalismo estadual, já estuda estratégias de enfrentamento da



questão e deu início a uma nova peregrinação pelos gabinetes dos parlamentares para abrir o debate. Um ofício foi entregue no dia 8 ao presidente da Assembleia, Alexandre Postal, reafirmando a contrariedade em relação ao tema. A ideia é repetir movimento realizado em 2011 e visitar pessoalmente todos os parlamentares gaúchos para tratar do assunto.

Segundo a União Gaúcha, os textos incidem, mais uma vez, em vícios de ordem jurídica, em face da natureza confiscatória e do caráter arrecadatório. “Além disso, há evidente desvio de finalidade, já que os recursos obtidos da contribuição vão para o Caixa Único do Estado, não sendo destinados a atender

às questões previdenciárias”, observa o presidente da AMP/RS, Víctor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto.

O assunto deverá parar outra vez no Judiciário. “Se não tivermos receptividade no âmbito do Legislativo, é muito provável que se volte ao Judiciário para tentar recolocar a questão previdenciária do Rio Grande do sul nos exatos termos que a Constituição Federal estabelece”, acrescenta.

A entidade também critica fortemente o encaminhamento dos projetos, novamente, em regime de urgência pelo governo. Tal postura, afirma, cerceia o debate, a exemplo do que ocorreu com os textos votados e aprovados no ano passado.

Inquérito civil apura rombo na previdência

O Ministério Público apura as circunstâncias que levaram ao comprometimento do caixa do Instituto de Previdência do Estado (IPE). Provocado por representação do procurador de Justiça Carlos Dias Almeida, em maio de 2011, o Conselho Superior do MP, acolhendo voto do procurador de Justiça Renato Vinhas Velasques, mandou aprofundar estudos e investigações que já haviam sido objeto de apuração em expediente instaurado em 1996 pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, com arquivamento homologado pelo Conselho. O órgão busca conhecer como foi administrado, historicamente, o repasse das contribuições previdenciárias pelo Estado, definição da dívida em favor do IPE, esclarecimentos sobre gestão financeira

e atuarial da autarquia, entre outras questões.

Designados para tratar do assunto pelo Conselho, os promotores de Justiça Geraldo Messa, Carlos Roberto Lima Paganella e Bruno Heringer Jr. trabalham, desde março. “Pretendemos aferir o montante que teria deixado de ser repassado ao IPE e atualizar o cálculo. Desde 1931 tem havido desentendimento de contas. O Estado não repassou corretamente os valores relativos às quotas de contribuição descontadas dos servidores e as de sua parte ao sistema de previdência gerido pelo IPE”, observa Paganella. Esse déficit, acrescenta, foi determinante no desequilíbrio econômico-financeiro, pois o IPE nunca formou reservas técnicas para o suporte do sistema. A elucidação

servirá para informar a realização do cálculo atuarial e indicará garantias ao pagamento dos benefícios no futuro.

Em sua representação, Almeida questiona a necessidade do aumento da alíquota de contribuição pretendida pelo Executivo. “Com que base chegaram a esses percentuais”?

Estudo da Assembleia Legislativa apontou, em 2002, que a dívida do Estado junto ao IPE chegava a R\$ 1,4 bilhão. Além de determinar ao Tribunal de Contas e ao IPE o envio de uma série de informações, o MP resgatou peças de outros inquéritos já arquivados. O objetivo é esclarecer se o Estado é devedor da autarquia e fazer com que o valor do crédito seja conhecido, para que isso seja levado em conta quando se falar em aumento de alíquota de contribuição.

Mobilização nacional para enfrentar a PEC 37

Tramitam no Congresso Nacional centenas de projetos de lei e propostas de emenda à constituição cujo objetivo é restringir a atuação e a autonomia do Ministério Público. Atentas à movimentação das proposições e ao impacto das alterações, Conamp e entidades representativas do MP dos Estados e da União vêm enfrentando um forte movimento, voltado ao propósito de impedir a Instituição de investigar crimes. Também conhecida como PEC da Impunidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2011 contraria os princípios democráticos e representa um retrocesso à sociedade, afirma o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo.

O assunto tem sido acompanhado e discutido desde o ano passado pela Associação. Preocupada com o forte lobby em favor da proposta, a entidade gaúcha tem se articulado em busca de apoiadores na esfera política. Nos últimos meses, intensificou os esforços, em iniciativas compartilhadas com a Administração Superior, e reuniu-se com deputados esta-

duais e federais gaúchos, de diferentes partidos, para tratar do tema.

Na sede da AMP, foram recebidos, no final de abril, representantes da bancada do PMDB na Câmara Federal. Já no início de maio, na Assembleia Legislativa, o encontro foi com parlamentares do PP. No final do mês, nova oportunidade reuniu deputados federais do PP, do PT e do PDT. O diálogo, franco e aberto, novamente teve como foco a preocupação quanto à tramitação da PEC 37.

RESTRIÇÃO PERIGOSA

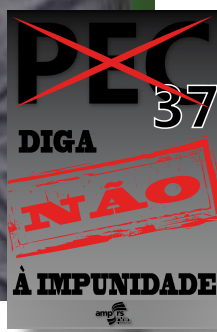
Para Victor Hugo, não só a atuação do MP será limitada, caso a PEC seja aprovada. Ele lembrou que a proposta poderá impedir as ações de órgãos administrativos, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o Banco Central e a Receita Federal, cujas investigações geralmente revelam práticas criminais. “Essa matéria não pode ser tratada como uma disputa corporativa. É uma questão de Estado”, observou.

Azevedo lembrou que o Brasil é firmatário de compromissos internacionais nos quais se compromete a ampliar os instrumentos de combate ao crime organizado interno e internacional. “A PEC 37 vai na direção contrária desse compromisso. Quando se restringe a possibilidade de investigação de fatos criminosos, estamos concentrando o poder de instrumentalizar adequadamente as ações penais”.

Paralelamente, outras associações pelo país começaram a disseminar folder desenvolvido pela AMP/RS no qual são apresentados os motivos pelos quais a proposta deve ser rejeitada no Congresso Nacional. Na Capital Federal, a Conamp tem levantado a preocupação da classe. O assunto é objeto de análise sistemática nas reuniões do Conselho Deliberativo. Uma comissão especial, formada pelos presidentes das Associações do Rio Grande do Sul, de Tocantins, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, estuda as estratégias de enfrentamento à PEC 37.

Os interesses da Instituição também vêm sendo defendidos na Comissão Especial que analisa o tema na Câmara dos Deputados. O deputado federal e procurador de Justiça licenciado Vieira da Cunha tem lutado intensamente no intuito de rechaçar a proposta.

Em outra frente, o contato tem sido junto ao Executivo. Acompanhados do presidente da entidade nacional, César Mattar Jr, chefes do MP de todo o país, incluindo o procurador-geral Eduardo de Lima Veiga, e o presidente do CNPG, Cláudio Lopes, foram recebidos em audiência pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O esforço coletivo é proporcional à importância da causa. “Toda iniciativa dos colegas será valiosa”, afirma o vice-presidente da AMP/RS Sérgio Harris.



Esforço concentrado surte efeito em Brasília

Em que pese o ambiente não muito favorável às pretensões do Ministério Público na capital da República, o forte engajamento da AMP/RS e das demais associações de classe ministeriais junto à Conamp deram à entidade nacional importante respaldo para debater temas em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse primeiro semestre de 2012, foi possível verificar evolução significativa no encaminhamento de diferentes assuntos. Recentemente, efeito dos contatos feitos com parlamentares, des-

cortinou-se a possibilidade de que o reajuste dos subsídios do procurador-geral da República e dos ministros do STF seja votado ainda 2012, possibilitando que o mesmo reajuste possa ser pleiteado nos Estados. O Adicional por Tempo de Serviço é outro benefício que pode vir a ser restabelecido, a partir do comprometimento do senador Gim Argello (PTB-DF), relator das PECs 02/2011 e 05/2011, que tratam do tema, a emitir parecer favorável ao pleito da classe.

Igualmente, avançou a tramitação do PL que trata da utilização dos recur-

sos decorrentes dos depósitos judiciais. Aprovado pela CCJ do Senado, o projeto se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos, de onde deverá, se aprovado, ser encaminhado diretamente para sanção presidencial. Enquanto trabalha para ver confirmado o atendimento desses pleitos, a Conamp e as associações estaduais vêm se dedicando intensamente ao enfrentamento da PEC 37.

Conquistas como essas fortalecem e legitimam o esforço concentrado da classe e da Instituição na busca de direitos e prerrogativas.

XI Congresso Estadual do MP tem como desafio projetar o futuro da Instituição

Evento promovido pela AMP/RS será realizado de 1º a 4 de agosto, no município de Canela

Os rumos e o perfil da Instituição no século 21 estarão em debate, de 1º a 4 de agosto, em Canela, na Serra, durante o XI Congresso Estadual do Ministério Público. O evento, que vem sendo elaborado desde o começo de 2012, ocorrerá, neste ano, nas dependências do Laje de Pedra Hotel e Resort, congregando juristas de todo o país em atividades voltadas para os diversos campos de atuação do MP.

Sob o tema **O Ministério Público e as Perspectivas no Novo Século**, conferências, painéis e grupos temáticos irão se debruçar sobre matérias de amplo interesse da classe. O objetivo é analisar e propor formas de aprimorar a atuação do MP na defesa da sociedade, bem como ações positivas no sentido das perspectivas da atuação ministerial, além de analisar o momento institucional à vista das reformas constitucionais.

A programação inicia-se no dia 1º, com a cerimônia de abertura, a partir das 19h, seguidas de coquetel. Nos dias 2 e 3, a agenda começa às 9h, com conferências, painéis e discussões técnicas nos grupos temáticos, permeados por momentos de descontração, informalidade e conagração. Destaque para as entregas do prêmio Melhor Arraçoado Forense e da Comenda Dirceu Pinto, além da sessão de autógrafos e lançamentos de livros produzidos por membros do Ministério Público, na quinta-feira à noite.

Conforme o vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS e coordenador-geral do evento, Sérgio Harris, o congresso é uma oportunidade singular para prospectar o futuro da Instituição. "O nosso desafio é estimular a reflexão acerca das perspectivas que divisamos para o MP nesse novo século. Que estrutura institucional entendemos adequada para esses novos tempos? No âmbito da atuação funcional, procuramos identificar os instrumentos que poderão ser utilizados para dar maior agilidade aos procedimentos judiciais. Outra questão refere-se à nossa contribuição na busca da sustentabilidade ambiental".

Realizado pela primeira vez em 1992, em Santa Maria, o congresso do MP gaúcho consolidou-se, ao longo de suas 10 edições, como um dos principais eventos na busca de consensos em relação às temáticas que envolvem as ações ministeriais e a defesa da sociedade. Não será diferente em 2012.

Grupos temáticos

Promovido pela AMP/RS, com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, da Corregedoria-Geral do Ministério Público e da Fundação Escola Superior do Ministério Público, o XI Congresso Estadual do Ministério Público prevê, durante os quatro dias de atividade, a realização de uma profunda análise sobre diferentes questões. Na programação estarão os trabalhos dos Grupos Temáticos, discutindo assuntos como as perspectivas da atuação funcional

do Ministério Público nas diversas áreas de atribuições e o relacionamento da Instituição e de seus agentes com os poderes constituídos, com os demais órgãos ou entidades e com a comunidade.

Paralelamente ao caráter técnico do evento, uma série de opções de lazer estará à disposição dos familiares dos congressistas na região serrana. A organização do encontro preparou ótimas opções de passeios pelos municípios de Canela, Gramado e Nova Petrópolis, para conhecer e desfrutar das belezas e dos locais. Vale à pena conferir.

O Ministério Público em duas leituras

Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, o ex-procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior integra também a Comissão de Direito Ambiental da União Internacional para Conservação da Natureza. Nome certo no XI Congresso Estadual do MP, ele terá, no evento, a companhia da cientista política da Universidade de São Paulo Maria Tereza Sadek. Nas entrevistas abaixo, eles mostram um pouco do que pensam sobre a Instituição.

Foto: Jorge Araújo / Folhapress



RÉPLICA: Quais os maiores valores da instituição e que papel interpreta na construção da sociedade brasileira para o futuro, inclusive no que se refere ao tema do congresso?

MARIA TEREZA SADEK: O MP tem papel absolutamente central, porque cabe a ele a defesa de interesses individuais e coletivos, a defesa do que está expresso na lei. É um protagonista de primeira grandeza. O papel é muito grande, de início, mas depende do que será feito.

A possibilidade legal existe, mas como ela vai ser cumprida depende daqueles que foram selecionados para exercer essa função.

RÉPLICA: O que o MP deixa a desejar ou precisaria repensar, em critérios ou formas de atuação?

MARIA TEREZA SADEK: Ao meu ver, o MP teria que estabelecer prioridades do ponto de vista institucional e não individual. Esse é o ponto alto da minha palestra. Mas não vou adiantar o conteúdo.

RÉPLICA: A senhora diz que o MP brasileiro é muito atuante na área civil, assume um papel como instituição e tenta alargar sua área de interferência. Mas há iniciativas tentando restringir ou limitar a atuação e as prerrogativas do MP, como a PEC 37. O que pensa sobre isso?

MARIA TEREZA SADEK: Existe uma lacuna no texto constitucional. Então você tem atores públicos tentando se aproveitar dessa lacuna. E por que se está tentando mexer nisso? Porque, na verdade, há uma área de conflito entra a polícia e o MP. Então é isso que vem a tona quando você tem iniciativas para alterar o atual quadro.

RÉPLICA: Nosso modelo de judiciário é muito diferente em relação a estruturas como o italiano, o alemão?

MARIA TEREZA SADEK: É muito diferente. Deixa a desejar no sentido que ainda não se fez o que se poderia fazer como um todo, e isso é meio esperado. Porque é novo ainda o modelo, sendo difícil que você tenha já tudo de alguma forma já resolvido.

RÉPLICA: Que expectativa a senhora tem em relação ao desempenho do MP, com base na história que já construiu?

MARIA TEREZA SADEK: Minha visão é muito otimista, porque quando há eventos como este (o XI Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul), você pode ter muita clareza de que há uma preocupação muito grande com o desenvolvimento da instituição. Caso contrário, não haveria esse tipo de evento. Ou então seria muito mais voltado a questões simplesmente jurídicas, como era no passado. Isso me leva a fazer uma análise muito positiva a respeito do futuro. Eventos como esse deveriam se repetir pelos MPs do Brasil afora.



RÉPLICA: Qual o peso de um evento como este para construir uma instituição mais sólida e identificada com as causas da sociedade?

JARBAS SOARES JR.: Os encontros que o MP faz entre si e com a sociedade e as demais instituições são um grande laboratório para tirarmos linhas de atuação. O Ministério Público gaúcho sempre esteve na vanguarda das questões am-

bientais. Esse congresso, como os demais eventos, é sempre momento para a instituição buscar seu rumo.

RÉPLICA: Como promover desenvolvimento sem comprometer o meio ambiente?

JARBAS SOARES JR.: Temos uma das melhores legislações ambientais e um diferencial, que é o MP, com as próprias ferramentas para fazer cumprir essa legislação. Temos também um poder judiciário muito ofensivo e aberto às questões ambientais. Portanto, temos leis e instituições de proteção do meio ambiente. Estamos percorrendo etapas, e muitas delas já vencidas para que as próprias leis se tornem realidade.

RÉPLICA: O que pensa sobre as discussões em torno do Código Florestal?

JARBAS SOARES JR.: A posição do MP era que o código vinha cumprindo bem seu papel. Mas não somos os donos da verdade. Há o Congresso Nacional eleito, que, majoritariamente, defende as mudanças no código. Muitos entendem como retrocesso, outros, como aperfei-

çoamento, e outros, ainda, têm interesses menos nobres nessas mudanças. Se aprovado, o código terá tarefa dupla: suprir inconstitucionalidades em defesa dos princípios do não-retrocesso ambiental no STF, e depois consumir essa mudança e aplicá-la com os olhos e princípios constitucionais.

RÉPLICA: Em que contexto se insere o MP no que se refere às questões ambientais?

JARBAS SOARES JR.: Desde a Rio-92, e com a criação da Associação dos Membros do MP de Meio Ambiente, conquistamos muitas bandeiras, como as criações das Promotorias Ambientais e o Judiciário mais progressista em relação à matéria. Depois, as Promotorias de Bacias Hidrográficas. Nos articulamos nacionalmente. Hoje, estamos na ponta das instituições responsáveis pela defesa do meio ambiente. O desafio é fazer cumprir as leis, respeitar os princípios constitucionais e encontrar soluções criativas para questões ligadas ao desenvolvimento e utilização dos recursos ambientais.

Ataque a promotora reacende preocupação com insegurança nos locais de trabalho

Um grave incidente ocorrido no final de março, em uma sala de audiência na Comarca de Soledade, no norte do Estado, fez subir a tona uma antiga, porém, silenciosa, preocupação dos promotores de Justiça. A carência de mecanismos que ofereçam segurança aos membros do Ministério Público nos locais de trabalho traduziu-se no ataque de um adolescente infrator a uma promotora em plena sala de audiência.

O episódio só não teve consequências maiores porque o rapaz acabou imobilizado e domado pelo próprio advogado e por um agente penitenciário. Contrariado com a argumentação da promotora, o jovem, aproveitando-se do fato de ter tido as algemas retiradas, pegou uma tesoura que estava sobre a mesa e tentou atingi-la. Autuado

em flagrante por tentativa de homicídio, o garoto, que já responde a outros 112 inquéritos, foi encaminhado de volta ao Centro de Atendimento Sócio Educativo (Case) de Passo Fundo.

A partir desse fato, outras relatos de situações desconfortáveis enfrentadas por membros da classe em relação à falta de segurança para o desempenho das atribuições ministeriais começaram a chegar à AMP/RS. Preocupada com o tema, a diretoria da entidade decidiu agir. Imediatamente, o presidente, Victor Hugo Azevedo, solicitou o agendamento de visitas ao procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga, e ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Marcelo Bandeira Pereira.

Nos encontros, o dirigente compartilhou a apreensão e pediu a adoção de medidas preventivas para evitar novos acontecimentos. Conforme Victor Hugo, o caso evidencia o risco a que estão expostos os operadores do direito no exercício de suas funções legais e institucionais, inclusive pela relativa falta de controle no acesso aos corredores dos Foros.

PROVIDÊNCIAS

Por conta disso, a AMP pediu a imediata implementação, nos prédios do Poder Judiciário e do Ministério Público, de regras mínimas de segurança. "Su-



geri, entre outras medidas, a proibição, nas salas de audiência, de instrumentos que possam ser usados como armas e a presença obrigatória de agentes de segurança da instituição que fazem a custódia de réus presos e adolescentes apreendidos. Além disso, seria importante a instalação de equipamento detector de metais nas entradas dos prédios e do salão do júri, e câmeras de vigilância nos espaços de acesso e circulação dos edifícios", relata Victor Hugo.

Em resposta, o líder associativo ouviu a garantia de que o assunto já despertava atenção nas instituições. Veiga e Pereira também asseguraram que o TJ e a Procuradoria-Geral de Justiça já vêm trabalhando no sentido de assegurar a proteção e o resguardo da integridade dos operadores do Direito nesses espaços.



Apoio aos Colegas

A defesa institucional e dos associados da AMP/RS sempre foi referência ao longo de todas as gestões da entidade de classe. Diante de ataques ou tentativas de interferência externa ao papel desempenhado por promotores e procuradores de Justiça, a Associação procura levar apoio e oferecer o respaldo, em caso de necessidade. Não foi diferente no início do ano, quando o presidente,

Victor Hugo Azevedo, esteve em Encantado, no Vale do Taquari.

Na oportunidade, atento à dificuldade enfrentada pelos colegas André Prediger e Karina Mariotti, o dirigente conversou informalmente, na sede da Promotoria de Justiça local, com representantes dos veículos de imprensa da região. Os promotores vinham sendo criticados pelo chefe do Executivo local por conta do encaminhamento dado por ambos na análise de um projeto assistencial criado na administração anterior do município e que esteve sob investigação do Ministério Público.

Ao lado de Karina, firmatária de nova promoção de arquivamento do caso, Victor Hugo renovou a confiança no

trabalho dos colegas e assegurou que o exame do caso transcorre em absoluto respeito ao devido processo legal. "Mas é fundamental, também, que haja respeito entre as instituições e as atribuições de cada uma delas. Respeitamos o Executivo e esperamos o mesmo tratamento. Repudiamos qualquer tentativa de condicionamento à atuação dos colegas, que, com certeza, continuarão a cumprir com suas obrigações com absoluta independência como sempre o fizeram".

Questionado pelos repórteres, o presidente lamentou as insinuações lançadas pelo prefeito, de que a Promotoria local estaria favorecendo a impunidade. "O combate à impunidade é uma das nossas principais batalhas. Não podemos aceitar essa pecha. Se essa postura do prefeito continuar, daremos total apoio e assistência para a tomada das medidas cabíveis, se este for o desejo dos colegas".



Agora, basta!

Por Cláudio Brito

Promotor de Justiça aposentado e Jornalista

Em 1984, antes ainda da vigência das leis 7209 e 7210, um grupo de Promotores e Procuradores gaúchos lançou um manifesto de advertência à sociedade. Éramos 70 colegas signatários. Modestamente entre mestres como Paulo Pinto de Carvalho, Daltro Aguiar Chaves, Marcelo Ribeiro, José Paganella Boschi, Ariovaldo Perrone, Alberto Weingartner, Eduardo Gonçalves, Wilson Schneider, Odone Sanguiné, Altair Venzon, João Batista Tovo, Luiz Carlos Duarte, Tupinambá Azevedo, Walter Coelho e outros especialistas, assinei e ajudei a produzir um documento em que pedíamos a ampliação do período de vacância, para que o país se organizasse e implementasse políticas públicas condizentes com as boas propostas legislativas. Denunciávamos a intenção de esvaziamento dos presídios e a excessiva flexibilização dos regimes de cumprimento das penas como verdadeiros e imediatos objetivos das novas leis. Era o Ministério Público gaúcho antecipando-se ao caos que hoje escancarou-se. Estávamos certos. O debate não foi prorrogado e as leis começaram a vigorar em um cenário estrutural inalterado.

Quase trinta anos depois, o que temos?

Notícias diárias de crimes violentos praticados por apenados que deveriam estar recolhidos. Beneficiados com brevidade, valem-se da progressão de regime para retornarem aos assaltos, tráfico de entorpecentes e homicídios. Quando estão nas celas, reforçam pelo uso indevido de telefones celulares suas relações com os comparsas que estão nas ruas. Ajustes para novos delitos e ainda as simulações de sequestros e atentados que surpreendem as vítimas assustadas ante um quadro horrendo de criminalidade que se realimenta.

Está na hora de mudar. Basta de impunidade e tamanha facilidade de condenados voltarem ao crime, se é que dele se afastam por algum tempo. Não se pode esperar o andar arrastado das comissões e de todos os meandros do processo de elaboração de um novo Código Penal, necessário, que pode mesmo ser feito com vagar, mas há uma necessidade extrema de medidas urgentes. O quadro é de emergência gritante. Defendo uma reforma pontual, focada no tema dos regimes das penas e na execução penal. Os critérios de concessão dos benefícios devem ser mais rígidos, não basta que um percen-

tual da condenação seja cumprido para dar-se ao apenado o direito ao regime mais brando. Os exames para verificação das condições pessoais dos apenados devem ser obrigatórios e rigorosos. A tendência ao crime tem que ser medida e considerada. Só por ter completado um punhado de anos ou meses de segregação, não se pode mandar ao convívio com a comunidade aquele que a agrediu. É preciso um pouco mais que os dados objetivos que hoje sustentam as liberações. E, é claro, exige-se do Estado as condições materiais inafastáveis, seja pela construção de estabelecimentos penais adequados à individualização da pena, seja pelo aperfeiçoamento constante e correta remuneração dos agentes responsáveis pelo monitoramento e segurança das cadeias. Ainda que os projetos existentes contemplem muitas dessas aspirações, o clamor é para que sejam logo incluídas em um ou vários textos legais de brevíssima tramitação. Tudo isso acompanhado de medidas administrativas de estruturação para ontem.

Foram 28 anos de barbárie, desde o manifesto dos Promotores em 1984 até a situação insuportável de agora. Chega. Agora, basta!

Projeto Conhecendo o MP avança pelo Estado

Sucesso no meio estudantil da Capital em 2011, o Projeto Conhecendo o Ministério Público será ampliado neste ano, quando estará disponível a todos os estudantes dos ensinos Fundamental e Médio gaúchos. A nova versão já está em fase de elaboração e discussão entre a AMP/RS e os colegas da Instituição com atuação ligada à área educacional.

Reunião ocorrida em abril, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, deu a largada para a segunda edição da iniciativa. No encontro, promovido conjuntamente pela AMP/RS e o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, a promotora Carla Frós e o presidente da Associação, Victor Hugo Azevedo, apresentaram aos promotores regionais de Educação um resumo da atividade de 2011 e a proposta para este ano.

Em 2011, estudantes das escolas das redes privada e pública da Capital participaram do projeto, desenvolvendo trabalhos em diversas modalidades, sinalizando o que esperam da Instituição e que papel ela desempenha na sociedade.

“O sucesso alcançado abriu portas importantes. Vamos trabalhar com os colegas do Interior para promover a aproximação entre os estudantes e a Instituição, com o auxílio das secretarias estadual e municipais de Educação”, projetou a vice-presidente da AMP e coordenadora do projeto, Guacira de Almeida Martins.

No ano passado, os vencedores, nas categorias Individual e Grupo, foram conhecidos em evento realizado no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, horas antes do jantar comemorativo pelos 70 anos da Associação. Selecionados entre dezenas de trabalhos inscritos, os 14 finalistas brilharam diante dos jurados e do público. O encontro terminou com uma grande salva de palmas e a expectativa da edição 2012 do projeto.



Semana do MP de Farroupilha discute o Tribunal do Júri e o sistema prisional



O Tribunal do Júri e o sistema prisional brasileiro foram tema de debate no mês de abril, na Serra, durante a 1ª Semana do Ministério Público de Farroupilha. O evento, promovido pela AMP/RS, através da Promotoria de Justiça local, e pela Universidade de Caxias do Sul, ocorreu nos dias 19 e 20, no auditório da UCS, com a participação da comunidade acadêmica e operadores do Direito.

A primeira noite do encontro teve como atração o painel Tribunal do Júri hoje e amanhã. O palestrante, procurador de Justiça Marcelo Roberto Ribeiro, abordou as alterações legislativas que podem ser implementadas, a partir da aprovação de projetos em discussão

no Congresso Nacional. O procurador criticou a última reforma do Código de Processo Penal, destacando a criação do juiz de garantias e a forma de utilização das provas. Segundo ele, a reforma prejudicou a atuação da acusação.

Ao falar sobre o Tribunal do Júri, Ribeiro classificou como um dos mais fortes instrumentos da democracia, já que permite ao cidadão julgar a partir do seu sentimento de justiça. Os debatedores foram o promotor Ronaldo Lara Resende e o professor de Direito Penal e Processo Penal da UCS Juarez Martins Ribeiro.

No segundo dia de atividades, o promotor de Execuções Criminais Gilmar Bortolotto abordou a Realidade do Sis-

tema Prisional. O enfoque foi a situação caótica dos presídios gaúchos. Participaram como debatedores o vice-presidente da AMP/RS Sérgio Harris e o professor de Direito Penal e Direito Ambiental Vladimir da Rosa.

Bortolotto mostrou imagens do Presídio Central, na Capital. Fez uma ampla abordagem dos problemas carcerários, ressaltando a necessidade da mudança de mentalidade para e enfrentar o problema. Para o promotor, o dia a dia das casas prisionais, com presos empilhados, facções, desrespeito, doença, morte e corrupção, é um contra-senso para um país supostamente civilizado. “Estamos na contramão”.



Combate à corrupção e ao álcool

Foi lançada no dia 9 de maio, pelo Núcleo da AMP/RS em Santa Maria, a campanha “Curto a vida, não curto o álcool”. Segundo a promotora Ivanise Jann de Jesus, a ideia é mostrar aos jovens que para ser aceito e divertir-se não é necessário beber, mas atitude proativa e consciente”. A iniciativa será desenvolvida durante o ano, com divulgação nas escolas, palestras, além de um concurso cultural e eventos na Feira do Livro.

Em Santo Ângelo, o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, e o procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga, falaram para alunos, professores e colegas da classe, durante o XV Simpósio de Estudos Jurídicos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Veiga proferiu a palestra de encerramento, abordando o tema Combate à Corrupção.

Justiça Restaurativa e Mediação em debate em Santa Maria

O 1º Seminário Estadual Justiça Restaurativa e Mediação, realizado de 19 a 20 de abril, em Santa Maria, reuniu grande público. Promovido pela AMP/RS, por meio do Núcleo local, em parceria com a Fapas, o evento, coordenado pelo promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, foi concebido a partir da percepção do grande número de conflitos no ambiente escolar.

Segundo Moraes, é preciso criar um ambiente mais favorável a prevenir novos conflitos entre vítima e autor. Uma das formas é promover a aproximação entre as partes. “Há uma dificuldade de

manejar essas situações. Conhecendo a justiça restaurativa, as práticas restaurativas e a comunicação não-violenta, percebemos que seriam ferramentas importantes para levar ao domínio dos profissionais da Educação, da Psicologia, da Assistência Social e do Direito, entre outros”.

O presidente da AMP, Victor Hugo Azevedo, saudou a iniciativa. “Esse evento vem ao encontro de uma antiga demanda da sociedade, que há muito tempo reclama por algo que venha a substituir, em alguns casos, o velho e emperrado processo judicial”.



SUSETE

Por Mário Cavaleiro Lisboa

Susete era uma mulher bonita. Ah, sim. Susete era muito bonita. Susete também era uma mulher inteligente, dava gosto conversar com ela, trocar ideias. Era independente, fora aprovada em concurso difícil e obtivera um ótimo emprego. Era bem humorada, pessoa de convívio muito agradável. Era moderna, dominava tanto a forma de utilizar os talheres num restaurante, como a ciência atual e a tecnologia. Era autoconfiante, dificilmente precisava de outra pessoa para tomar decisões. Era dona de si, ninguém mandava nela. Susete era, portanto, uma mulher moderna, bonita, independente, inteligente, bem humorada, autoconfiante, poderosa, dona de si e dona do mundo. Era a tal. E, neste confortável estado de espírito, de nariz arrebitado, dirigia seu automóvel último tipo – desses altinhos, para ver a humanidade de cima –, quando percebeu uma barata sobre o espelho retrovisor interno do motorista. A barata estava, portanto, a poucos centímetros de sua cabeça. Meu Deus, uma barata! Apesar da abrupta acelerada na pulsação, Susete teve o controle suficiente para estacionar o veículo junto à calçada. Mal o automóvel parou, ela saiu do mesmo e foi para a calçada. O que fazer? Ainda com o coração aos pulos, apanhou o telefone celular e ligou para sua empregada, pegue o inseticida e venha de táxi até à Nilo Peçanha, junto ao União, preciso matar uma barata que está dentro de meu automóvel.

Percebendo que havia um automóvel com a porta do motorista aberta, e que uma moça bonita estava de celular na mão junto a ele, um guarda de trânsito que se encontrava na mesma quadra aproximou-se para ver o que havia, se podia ser útil.

– Uma barata – disse a moça. – Ah, deixa pra mim – disse o guarda. – Apenas preciso de algum objeto para bater na barata. A senhorita me empresta sua bolsa?

– Ah, a bolsa não. A bolsa é Louis vuitton.

Nesse meio tempo, em virtude

de haver um automóvel parado com a porta aberta, um guarda de trânsito agitado e uma moça bonita segurando sua bolsa, estacionou junto uma viatura da Brigada Militar. Seus dois integrantes desceram e perguntaram o que estava havendo.

– Uma barata – disse Susete.

Os dois soldados juntaram-se ao guarda de trânsito, e os três entraram no carro atrás da Barata. O guarda estava com seu sapato na mão. Os soldados não tinham objeto algum.

– Usem o quepe – disse Susete.

– O quepe não. Sujar o quepe é crime militar – disse um dos soldados.

Procura pra cá, procura pra lá, nada da barata. Não a encontraram.

Foi quando a empregada chegou de táxi, trazendo um inseticida na mão. A própria serviçal tratou de espargir inseticida dentro do carro. Dando sua missão por cumprida, os soldados e o guarda de trânsito despediram-se da moça e foram embora. Após o uso do inseticida, Susete pediu que a empregada olhasse bem para ver se a barata havia morrido. A empregada vasculhou o interior do automóvel e não encontrou a barata.

– Deve estar morta em algum lugar, dona Susete – disse a empregada.

– Não posso ter certeza disso. Baratas são insetos muito resistentes e longevos. Existem desde o tempo dos dinossauros. E consta que vão continuar existindo após a extinção da humanidade – disse Susete.

A barata poderia estar viva. Mas Susete era inteligente. Ligou para a seguradora e, usando estratégias variadas, conseguiu fazer com que o carro fosse rebocado até sua casa. Mas ela não iria entrar novamente num veículo onde estava uma barata, sabe como é, estes insetos têm duzentos milhões de anos, não morrem com facilidade. Então, comprou outro carro. Podia, tinha dinheiro. Saiu da revenda com um automóvel novo, nariz para cima, sentindo-se novamente a dona do mundo.

Fundação Thiago Gonzaga e AMP/RS comemoram Caravana Pela Vida 2012

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A mobilização da Fundação Thiago Gonzaga e da AMP/RS, durante a Caravana Pela Vida, percorreu todo o litoral gaúcho durante o verão. Empenhados em informar e conscientizar os veranistas quanto à importância de não dirigir após ingerir bebidas com álcool, voluntários do projeto Salva Vida Urgente e promotores de Justiça fizeram quase 200 mil abordagens diretas em 15 praias e balneários do Rio Grande do Sul.

Balanco da última edição apontou que a Caravana percorreu mais de 3,1 mil quilômetros e atingiu cerca de 2,5 milhões de pessoas, por meio da propagação das mensagens em suas diferentes formas. A parceria da AMP/RS com a Fundação durante o período de veraneio abrange suporte financeiro para a confecção e distribuição de material informativo e uma participação efetiva e dedicada da classe nas ações à beira-mar e nos demais locais onde a mobilização ocorreu. Para o presidente da AMP, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, contribuir para as iniciativas da Fundação Thiago Gonzaga é, mais do que uma satisfação, um compromisso da entidade e de seus membros para com a comunidade gaúcha.

A conscientização também atingiu públicos nos bares, no Planeta Atlântida, no Carnaval e em outros ambientes, nos mais variados horários. Trabalho sério, desenvolvido com paixão e alegria por voluntários e membros da classe, traduzido em posturas preventivas e de bom senso por quem compreendeu a importância do recado.



Agenda diversificada na AMP em 2012

O ano de 2012 começou intenso na AMP/RS. Mesclando atividades de caráter político, técnico, de responsabilidade social e de lazer, a entidade esteve representada em diversos eventos. Ainda durante o verão, a equipe de futebol da Associação foi convidada a participar de um torneio organizado no Litoral Norte pela Famurs, que contou também com um time da Ajuris. Ainda no âmbito esportivo, os atletas da entidade protagonizaram mais uma edição do Projeto Gol da Vida, em parceria com a Caburé Seguros. A iniciativa, que tem por objetivo angariar recursos e doações para auxiliar entidades assistenciais, beneficiou neste ano o Educandário São João Batista. Outras ações, como a retomada dos encontros do Grupo Literário, os encontros gastronômicos do Talento's Pub e os eventos sociais também tiveram espaço. Confira imagens de alguns desses momentos.

PEC 37 na pauta do Conversas Cruzadas



Associação discute a violência no trânsito na TV Assembleia



Pagamento da PAE em debate no Polêmica, da Rádio Gaúcha

AMP e Fundação Thiago Gonzaga no Projeto Salva Vida Urgente



Os encontros gastronômicos estão de volta, no Talento's Pub



Grupo Literário analisa clássicos de autores nacionais e estrangeiros



Confraternização foi tônica do primeiro encontro social do ano



Responsabilidade social em alta no Gol da Vida, com a Caburé Seguros



Trabalho e descontração em torneio da Famurs



Chocolate, coelho, crianças e diversão na Páscoa da AMP



Integração nos Almoços com Aposentados